



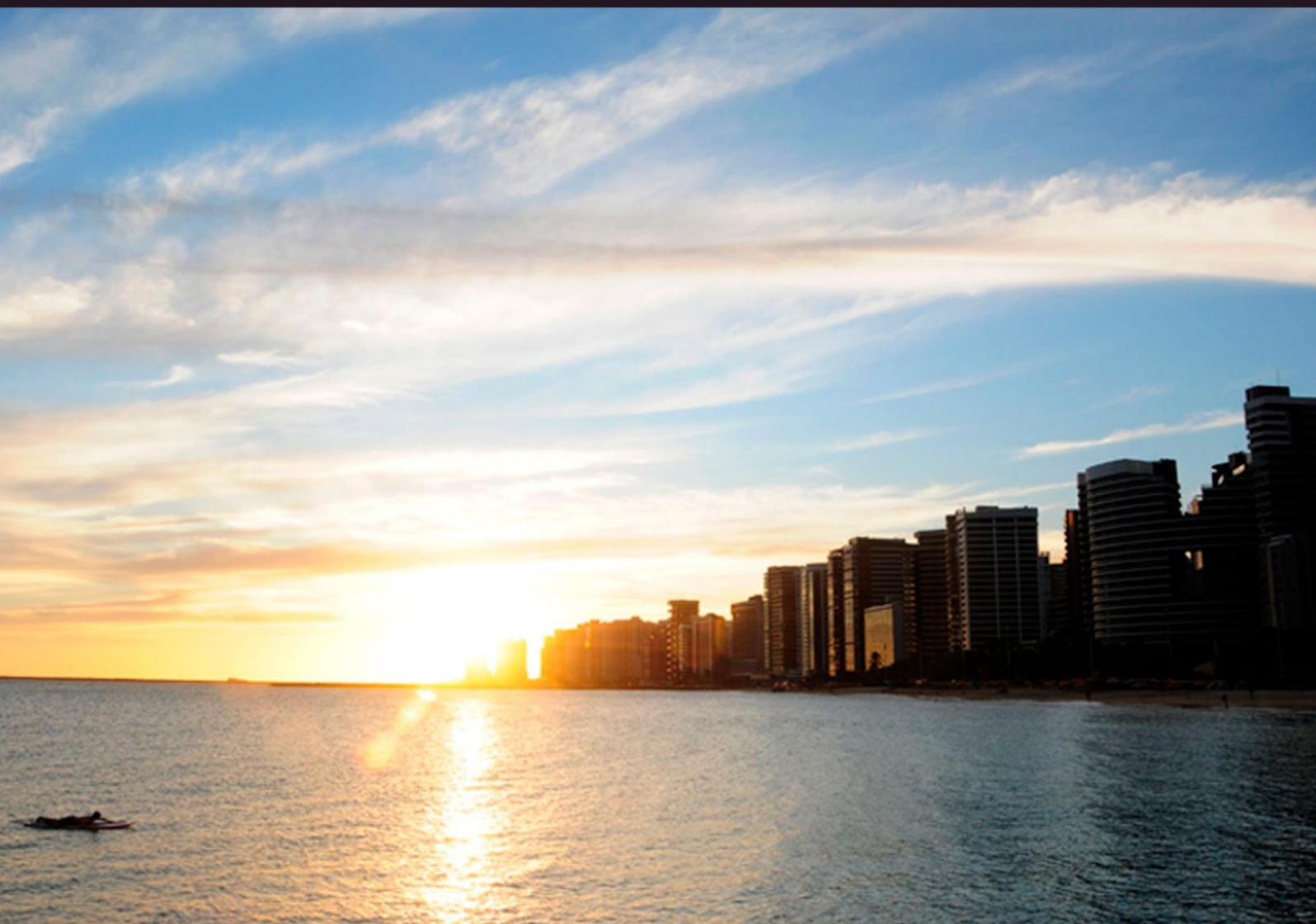
**Estratégia**  
CONCURSOS

**3º SIMULADO**

**TJ-CE**

**TÉCNICO JUDICIÁRIO**

**ÁREA ADMINISTRATIVA**



# Simulado Especial

## 3º Simulado TJ CE – Técnico Área Administrativa

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ CE;
- 2 – A prova contém **70 itens** que abordam conhecimentos previstos no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TJ-CE-FGV-08-09>**

01 – (A) (B) (C) (D) (E)  
02 – (A) (B) (C) (D) (E)  
03 – (A) (B) (C) (D) (E)  
04 – (A) (B) (C) (D) (E)  
05 – (A) (B) (C) (D) (E)  
06 – (A) (B) (C) (D) (E)  
07 – (A) (B) (C) (D) (E)  
08 – (A) (B) (C) (D) (E)  
09 – (A) (B) (C) (D) (E)  
10 – (A) (B) (C) (D) (E)  
11 – (A) (B) (C) (D) (E)  
12 – (A) (B) (C) (D) (E)  
13 – (A) (B) (C) (D) (E)  
14 – (A) (B) (C) (D) (E)  
15 – (A) (B) (C) (D) (E)  
16 – (A) (B) (C) (D) (E)  
17 – (A) (B) (C) (D) (E)  
18 – (A) (B) (C) (D) (E)  
19 – (A) (B) (C) (D) (E)  
20 – (A) (B) (C) (D) (E)  
21 – (A) (B) (C) (D) (E)  
22 – (A) (B) (C) (D) (E)  
23 – (A) (B) (C) (D) (E)  
24 – (A) (B) (C) (D) (E)

25 – (A) (B) (C) (D) (E)  
26 – (A) (B) (C) (D) (E)  
27 – (A) (B) (C) (D) (E)  
28 – (A) (B) (C) (D) (E)  
29 – (A) (B) (C) (D) (E)  
30 – (A) (B) (C) (D) (E)  
31 – (A) (B) (C) (D) (E)  
32 – (A) (B) (C) (D) (E)  
33 – (A) (B) (C) (D) (E)  
34 – (A) (B) (C) (D) (E)  
35 – (A) (B) (C) (D) (E)  
36 – (A) (B) (C) (D) (E)  
37 – (A) (B) (C) (D) (E)  
38 – (A) (B) (C) (D) (E)  
39 – (A) (B) (C) (D) (E)  
40 – (A) (B) (C) (D) (E)  
41 – (A) (B) (C) (D) (E)  
42 – (A) (B) (C) (D) (E)  
43 – (A) (B) (C) (D) (E)  
44 – (A) (B) (C) (D) (E)  
45 – (A) (B) (C) (D) (E)  
46 – (A) (B) (C) (D) (E)  
47 – (A) (B) (C) (D) (E)  
48 – (A) (B) (C) (D) (E)

49 – (A) (B) (C) (D) (E)  
50 – (A) (B) (C) (D) (E)  
51 – (A) (B) (C) (D) (E)  
52 – (A) (B) (C) (D) (E)  
53 – (A) (B) (C) (D) (E)  
54 – (A) (B) (C) (D) (E)  
55 – (A) (B) (C) (D) (E)  
56 – (A) (B) (C) (D) (E)  
57 – (A) (B) (C) (D) (E)  
58 – (A) (B) (C) (D) (E)  
59 – (A) (B) (C) (D) (E)  
60 – (A) (B) (C) (D) (E)  
61 – (A) (B) (C) (D) (E)  
62 – (A) (B) (C) (D) (E)  
63 – (A) (B) (C) (D) (E)  
64 – (A) (B) (C) (D) (E)  
65 – (A) (B) (C) (D) (E)  
66 – (A) (B) (C) (D) (E)  
67 – (A) (B) (C) (D) (E)  
68 – (A) (B) (C) (D) (E)  
69 – (A) (B) (C) (D) (E)  
70 – (A) (B) (C) (D) (E)

**PORTUGUÊS****Texto I****A Finalidade do Direito é a realização da Justiça**

Direito e Justiça são conceitos que se entrelaçam, a tal ponto de serem considerados uma só coisa pela consciência social. Fala-se no Direito com o sentido de Justiça e vice-versa. Sabemos todos, entretanto, que nem sempre eles andam juntos. Nem tudo que é direito é justo e nem tudo que é justo é direito. Por que isso acontece?

Isso acontece porque a ideia de Justiça engloba valores inerentes ao ser humano, transcendentais, tais como liberdade, igualdade, fraternidade, dignidade e equidade; honestidade, moralidade, segurança, enfim tudo aquilo que vem sendo chamado de direito natural desde a antiguidade. O Direito, por seu turno, é uma invenção humana, um fenômeno histórico e cultural concebido como técnica para a pacificação social e a realização da justiça. Em suma, enquanto a Justiça é um sistema aberto de valores, em constante mutação, o Direito é um conjunto de princípios e regras destinado a realizá-la. E nem sempre o Direito alcança esse desiderato, quer por não ter acompanhado as transformações sociais, quer pela incapacidade daqueles que o conceberam, e quer, ainda, por falta de disposição política para implementá-lo, tornando-se por isso um direito injusto.

Creio ser possível dizer que a Justiça está para o direito como o horizonte está para cada um de nós. Quanto mais caminhamos em direção ao horizonte, – dez passos, cem passos, mil passos, – mais ele se afasta de nós, na mesma proporção. Nem por isso o horizonte deixa de ser importante porque é ele que nos permite caminhar. Pois também o Direito, na permanente busca da Justiça, está sempre caminhando, em constante evolução.

SERGIO CAVALIERI FILHO, Desembargador do TJ/RJ. Diretor-Geral da EMERJ.  
[http://www.emerj.tjrj.ius.br/revistaemerj\\_online/edicoes/revista18/revista18\\_58.pdf](http://www.emerj.tjrj.ius.br/revistaemerj_online/edicoes/revista18/revista18_58.pdf)

**01.** Interpreta-se do texto que:

- a) Direito e Justiça têm o mesmo valor social.
- b) Direito e Justiça são conceitos diametralmente opostos.
- c) Justiça está sempre em busca do Direito.
- d) o Direito está para a Justiça assim como cada indivíduo social está para o horizonte.
- e) a justiça é dinâmica, enquanto o Direito é estático.

**02.** A frase “Por que isso acontece?” (1º parágrafo):

- a) é uma pergunta retórica, a qual não precisa de resposta ao longo do texto, pois ela é óbvia.
- b) é uma estratégia textual para despertar no leitor a vontade de ler a resposta no próximo parágrafo.
- c) utiliza a expressão interrogativa “Por que”, a qual poderia ser substituída por “Porquanto”, mantendo-se a correção gramatical e o sentido.
- d) emprega o pronome “isso” com valor catafórico, na intenção de causar surpresa na informação do próximo parágrafo.

e) tem função retórica, estilística e não tem ligação com a informação posterior.

**03.** A palavra “desiderato”, no segundo parágrafo, apresenta o sentido de:

- a) desejo, aspiração.
- b) objetivo, finalidade.
- c) costume, hábito.
- d) ideologia, pensamento.
- e) assunto, tema.

**04.** A preposição sublinhada que não foi uma exigência de palavra anterior é:

- a) ... a ideia de Justiça engloba valores inerentes ao ser humano...
- b) ... aquilo que vem sendo chamado de direito natural desde a antiguidade...
- c) ... Quanto mais caminhamos em direção ao horizonte...
- d) ... mais ele se afasta de nós...
- e) ... na permanente busca da Justiça...

**05.** Em sua Nova Gramática do Português Contemporâneo, os autores Celso Cunha e Lindley Cintra afirmam, sobre o emprego do artigo definido, que ele se antepõe ao substantivo para indicar “que se trata de um ser já conhecido do leitor, seja por ter sido mencionado antes, seja por ser objeto de um conhecimento de experiência”.

Com base no segundo parágrafo do texto, a frase em que o emprego do artigo sublinhado se deve ao primeiro caso apontado é

- a) Isso acontece porque a ideia de Justiça engloba valores inerentes ao ser humano...
- b) O Direito, por seu turno, é uma invenção humana, um fenômeno histórico e cultural concebido como técnica para a pacificação social e a realização da justiça.
- c) O Direito, por seu turno, é uma invenção humana, um fenômeno histórico e cultural concebido como técnica para a pacificação social e a realização da justiça.
- d) E nem sempre o Direito alcança esse desiderato, quer por não ter acompanhado as transformações sociais...
- e) ...quer pela incapacidade daqueles que o conceberam, e quer, ainda, por falta de disposição política para implementá-lo, tornando-se por isso um direito injusto.

**06.** O texto 1 classifica-se como:

- a) narrativo-argumentativo
- b) descritivo
- c) didático
- d) dissertativo
- e) injuntivo

- 07.** Há problemas de paralelismo sintático na seguinte estrutura do 2º parágrafo do texto 1:
- “...tais como liberdade, igualdade, fraternidade, dignidade e equidade; honestidade, moralidade, segurança...”
  - “O Direito, por seu turno, é uma invenção humana, um fenômeno histórico e cultural...”
  - “...concebido como técnica para a pacificação social e a realização da justiça.”
  - “Em suma, enquanto a Justiça é um sistema aberto de valores, em constante mutação, o Direito é um conjunto de princípios e regras destinado a realizá-la.”
  - “E nem sempre o Direito alcança esse desiderato, quer por não ter acompanhado as transformações sociais, quer pela incapacidade daqueles que o conceberam, e quer, ainda, por falta de disposição política para implementá-lo...”
- 08.** A frase “Nem tudo que é direito é justo e nem tudo que é justo é direito.” (1º parágrafo) está estruturada com base:
- na reiteração
  - no pleonasmo
  - na símile
  - na metáfora
  - na anáfora
- 09.** No primeiro parágrafo, as duas ocorrências do vocábulo “se” apresentam, respectivamente, os seguintes valores:
- indeterminação e reflexividade
  - reciprocidade e apassivação
  - reflexividade e apassivação
  - condição e generalização
  - reciprocidade e indeterminação
- 10.** Leia a frase abaixo, do terceiro parágrafo, julgue as afirmações a seguir e marque a alternativa correta:
- “Nem por isso o horizonte deixa de ser importante porque é ele que nos permite caminhar.”
- “isso” é um pronome demonstrativo e retoma expressão anterior.
  - “que” é pronome relativo e inicia oração adjetiva.
  - “permite caminhar” é uma locução verbal, formando uma só oração.
- somente a afirmação I está correta.
  - somente as afirmações I e III estão corretas.
  - somente as afirmações I e II estão corretas.
  - todas as afirmações estão corretas.
  - somente a afirmação III está correta.

- 11.** Marque a alternativa em que o pronome pessoal oblíquo átono sublinhado pode mudar de posição, permanecendo a correção gramatical:
- “Direito e Justiça são conceitos que se entrelaçam...” (1º parágrafo)
  - “Fala-se no Direito com o sentido de Justiça e vice-versa.” (1º parágrafo)
  - “... quer pela incapacidade daqueles que o conceberam...” (2º parágrafo)
  - “... política para implementá-lo, tornando-se por isso um direito injusto.” (2º parágrafo)
  - “...mil passos, – mais ele se afasta de nós, na mesma proporção.” (3º parágrafo)
- 12.** Uma das estratégias argumentativas é a relação de causa e efeito, chamada de relação de causalidade. Marque a alternativa que **não** apresenta segmento com essa relação:
- Direito e Justiça são conceitos que se entrelaçam, a tal ponto de serem considerados uma só coisa pela consciência social.
  - Isso acontece porque a ideia de Justiça engloba valores inerentes ao ser humano...
  - O Direito, por seu turno, é uma invenção humana, um fenômeno histórico e cultural concebido como técnica para a pacificação social e a realização da justiça.
  - E nem sempre o Direito alcança esse desiderato (...) tornando-se por isso um direito injusto.
  - Nem por isso o horizonte deixa de ser importante porque é ele que nos permite caminhar.
- 13.** Com base nos termos da oração do primeiro parágrafo do texto 1, marque a alternativa que apresenta termo sublinhado com a mesma função sintática da expressão em destaque abaixo:
- Direito e Justiça são conceitos que se entrelaçam, a tal ponto de serem considerados uma só coisa pela consciência social. Fala-se no Direito com o sentido de Justiça e vice-versa. Sabemos todos, entretanto, que nem sempre eles andam juntos. Nem tudo que é direito é justo e nem tudo que é justo é direito. Por que isso acontece?
- “Direito e Justiça são conceitos que se entrelaçam...”
  - “... a tal ponto de serem considerados uma só coisa pela consciência social.”
  - “... nem sempre eles andam juntos.”
  - “Por que isso acontece?”
  - “Nem tudo que é direito é justo...”

**TEXTO II****A Finalidade da Justiça é a transformação social**

Se a finalidade do Direito, como enfatizado, é a realização da Justiça, qual seria a finalidade da Justiça? Essa é a segunda questão que gostaria de destacar. A finalidade da Justiça é a transformação social. É a construção de uma sociedade justa, como expressamente previsto no artigo 3º da nossa Constituição.

E o que é uma sociedade justa? A própria Constituição nos responde. É uma sociedade sem preconceitos e discriminação de raça, sexo, cor ou idade; uma sociedade livre, solidária, sem pobreza e desigualdades sociais, na qual a cidadania e a dignidade da pessoa humana estão no topo da pirâmide jurídica. E se assim é, então isso importa dizer que, como operadores do direito, jamais poderemos aplicar o direito de forma a contrariar esta finalidade, ainda que a lei não seja a melhor.

SERGIO CAVALIERI FILHO, Desembargador do TJ/RJ. Diretor-Geral da EMERJ.  
[http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj\\_online/edicoes/revista18/revista18\\_58.pdf](http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista18/revista18_58.pdf)

**14.** É de se supor que o texto 2 é uma continuação do texto 1, por meio de vários elementos linguísticos, **exceto:**

- a) a expressão "Essa é a segunda questão que gostaria de destacar." (1º parágrafo)
- b) a expressão "como enfatizado" (1º parágrafo)
- c) a evolução temática, ao retomar o tema do texto 1 com a frase "Se a finalidade do Direito, como enfatizado, é a realização da Justiça" (1º parágrafo)
- d) a mesma fonte bibliográfica e o tema abordado.
- e) a repetição da pergunta "E o que é uma sociedade justa?" (2º parágrafo)

**15.** O futuro do pretérito do indicativo na frase "Essa é a segunda questão que gostaria de destacar." (1º parágrafo do texto 2) foi empregado para:

- a) designar ação posterior a outra ação passada.
- b) exprimir incerteza.
- c) denotar desejo.
- d) transmitir surpresa.
- e) denotar hipótese.

**16.** Acerca dos elementos linguísticos do 1º parágrafo, julgue as afirmações e marque a alternativa correta:

I - O segmento "Se a finalidade do Direito, como enfatizado, é a realização da Justiça, qual seria a finalidade da Justiça?" (1º parágrafo) expressa uma hipótese real, ou seja, expressa um fato existente.

II – A primeira ocorrência do conectivo "como" tem valor modal; já o segundo tem valor de conformidade.

III – A expressão "É a construção de uma sociedade justa" está paralela à expressão "é a transformação social", por isso cabe a substituição do ponto final entre elas por vírgula ou ponto e vírgula, desde que sejam ajustadas as iniciais maiúsculas e minúsculas.

- a) somente a afirmação I está correta.
- b) somente as afirmações I e III estão corretas.
- c) somente as afirmações I e II estão corretas.
- d) todas as afirmações estão corretas.
- e) somente a afirmação III está correta.

**17.** Mantendo-se o sentido original, a coesão e a correção gramatical, o segmento "jamais poderemos aplicar o direito de forma a contrariar esta finalidade, ainda que a lei não seja a melhor" (2º parágrafo) pode ser reescrito da seguinte forma:

- a) jamais poderemos aplicar o direito contrariando esta finalidade, contanto que a lei não seja a melhor
- b) nunca poderemos aplicar o direito de maneira a contrariar esta finalidade, se a lei não for a melhor
- c) não poderemos aplicar o direito contrariando esta finalidade, porém a lei não seja a melhor
- d) jamais poderá ser aplicado o direito de jeito a contrariar esta finalidade, apesar da lei nunca ser a melhor
- e) nunca o direito poderá ser aplicado de forma a contrariar esta finalidade, conquanto a lei não seja a melhor

**18.** As palavras "construção" (1º parágrafo) e "desigualdades" (2º parágrafo) são formadas por:

- a) prefixação e parassíntese
- b) sufixação e hibridismo
- c) onomatopeia e parassíntese
- d) sufixação e derivação prefixal e sufixal
- e) prefixação e sufixação

**19.** Quanto ao emprego da pontuação do segundo parágrafo do texto 2, marque a alternativa **incorreta**:

- a) o ponto e vírgula foi utilizado para separar segmentos coordenados já com vírgulas internas.
- b) a exclusão da vírgula antes da expressão "na qual" mudaria o sentido da oração que ela inicia.
- c) a oração "se assim é" é adverbial e está intercalada, por isso deve ficar separada por dupla vírgula.
- d) pode-se excluir a vírgula imediatamente após a expressão "então isso importa dizer que".
- e) a vírgula antes da expressão "ainda que a lei não seja a melhor" pode ser excluída.

**Texto III**

TODO BRASILEIRO TEM  
DIREITO À MORADIA...

AGORA LÊ AQUELE  
PEDAÇO BONITO QUE  
FALA DE COMIDA,  
SAÚDE...



PAIVA, M. Disponível em: [www.redes.unb.br](http://www.redes.unb.br).

20. Quanto ao gênero textual do texto 3, entende-se que
- é uma charge, a qual satiriza uma previsão legal que não é fato no Brasil.
  - é uma crônica, a qual normalmente narra histórias polêmicas do Brasil.
  - é um conto, o qual é uma narrativa curta, com linguagem simples e objetiva.
  - é um quadrinho que critica a sociedade atual.
  - é um texto não verbal, o qual é interpretado pelas expressões corporais.
21. Pode-se entender que a discussão levantada no texto 3:
- ratifica a ideia expressa em "É uma sociedade sem preconceitos e discriminação de raça, sexo, cor ou idade; uma sociedade livre, solidária, sem pobreza e desigualdades sociais, na qual a cidadania e a dignidade da pessoa humana estão no topo da pirâmide jurídica." (2º parágrafo do texto 2)
  - ilustra a ideia expressa em "É a construção de uma sociedade justa, como expressamente previsto no artigo 3º da nossa Constituição." (1º parágrafo do texto 2)
  - interpreta a ideia expressa em "Creio ser possível dizer que a Justiça está para o direito como o horizonte está para cada um de nós." (3º parágrafo do texto 1)
  - exemplifica a ideia expressa em "E nem sempre o Direito alcança esse desiderato, quer por não ter

acompanhado as transformações sociais, quer pela incapacidade daqueles que o conceberam, e quer, ainda, por falta de disposição política para implementá-lo, tornando-se por isso um direito injusto." (2º parágrafo do texto 1)

- e) confirma a ideia expressa em "Fala-se no Direito com o sentido de Justiça e vice-versa." (1º parágrafo do texto 1)
22. Quanto aos elementos linguísticos do texto 3, marque a alternativa correta.
- Poder-se-ia inserir o artigo "o" após "Todo", mantendo-se o sentido original e a correção gramatical.
  - A expressão "à moradia" completa o sentido do verbo "tem".
  - Cabe a substituição de "Lê" por Leia, mantendo-se a correção gramatical e a coerência.
  - A frase "Todo brasileiro tem direito à moradia..." é optativa.
  - As palavras "Lê" e "saúde" são acentuadas pelo mesmo motivo.

**ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO  
CEARÁ**

23. Acerca da Jurisdição Cível, assinale a opção que não condiz com o disposto no Código de Organização Judiciária do Estado do Ceará.
- As recuperações judiciais e as falências serão julgadas pelos Juízes de Direito das Varas de Recuperação de Empresas e Falências
  - As ações de investigação de paternidade, desde que não cumuladas com as de petição de herança, serão julgados pelos juízes das varas de família.
  - As causas que se refiram, com exclusividade, à alteração ou desconstituição dos registros públicos serão julgados pelos Juízes de Direito das Varas de Registros Públicos.
  - As causas em que o Estado do Ceará, o Município de Fortaleza, as suas respectivas autarquias, fundações e empresas públicas, forem interessados, como autores, réus, assistentes ou oponentes, excetuadas as de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, serão julgados pelos Juízes de Direito das Varas da Fazenda Pública.
  - As ações concernentes à sucessão causa mortis, salvo as de petição de herança, quando cumuladas com as de investigação de paternidade serão julgados pelos Juízes das Varas de Sucessões.

**24.** Assinale a opção correta

- a) Enquanto não instalada a Justiça de Paz, a Presidência do Tribunal de Justiça designará, por meio de resolução, cidadãos com a atribuição específica de celebrar casamentos, domiciliados nas respectivas circunscrições em que houverem de servir, mediante prévia indicação das autoridades judiciárias locais.
- b) Nos afastamentos de magistrados inferiores a 30 (trinta) dias, será designado para responder, preferencialmente, Juiz de Direito do Juizado Auxiliar.
- c) Nas Polos Judiciários haverá 30 (trinta) Juizados Auxiliares, distribuídos de modo a atender a todo o território respectivo,
- d) Incumbe ao Juiz de Direito investido em juízo de vara única, como titular ou interino, o desempenho das atribuições de Diretor do Fórum.
- e) Nas jurisdições com mais de uma unidade judiciária, será observado rodízio a cada dois anos entre os magistrados titulares em exercício, mediante prévia designação da Presidência do Tribunal de Justiça, a ocorrer até o último dia útil do mês de fevereiro.

**25.** Considerando as regras básicas de organização e divisão judiciária, é correto afirmar que o Estado do Ceará, para fins de administração da justiça:

- a) é dividido em seções judiciárias e termos provincianos;
- b) divide-se em comarcas e termos judiciários;
- c) divide-se em comarcas sedes e comarcas vinculadas, as quais, por sua vez, se dividem em distritos judiciários
- d) divide-se em comarcas e em câmaras;
- e) é dividido apenas em comarcas.

**26.** De acordo com o Código de Organização Judiciária do Estado do Ceará, compete ao Tribunal de Justiça, propor ao Poder Legislativo, mediante projeto de lei, exceto

- a) a alteração da organização judiciária e do regimento interno.
- b) a alteração do número de seus membros.
- c) a criação e a extinção de cargos de juiz e de serviços auxiliares da justiça.
- d) a fixação da remuneração dos magistrados, dos servidores, dos serviços auxiliares da justiça e dos juízes de paz;
- e) a alteração dos valores, forma de cálculo e de recolhimento das despesas dos processos judiciais e das custas extrajudiciais e emolumentos.

**27.** Em relação a Justiça de primeiro grau, assinale a opção correta

- a) A criação de novas varas ou juizados dependerá da existência de cargos de servidores correspondentes à lotação paradigma do juízo, a ser estimada de acordo com as normas específicas editadas pelo Conselho Nacional de Justiça, observados, tanto quanto possível, os parâmetros aplicáveis a unidades similares.

b) As Turmas Recursais serão presididas, em regime de rodízio anual, por um de seus membros, iniciando pelo membro mais antigo, sem recondução até que se esgote a ordem de antiguidade de seus integrantes.

c) Nas Comarcas de Fortaleza e do interior, as sessões do Tribunal do Júri poderão ser realizadas durante todo o ano, salvo nos meses de janeiro, julho e dezembro.

d) Compete à Justiça Militar do Estado processar e julgar os policiais militares e bombeiros militares por crimes militares definidos em lei, bem como as ações judiciais contra atos disciplinares militares, inclusive crimes dolosos contra a vida quando a vítima for civil, cabendo ao Tribunal de Justiça decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.

e) À Vara de Delitos de Organizações Criminosas, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado do Ceará, compete processar e julgar, exclusivamente, os delitos envolvendo atividades de organizações criminosas, sendo que sua competência prevalecerá sobre a das demais unidades judiciárias do Estado do Ceará.

**28.** É ação própria da Corregedoria-Geral da Justiça

a) Editar atos normativos para instruir autoridades judiciais, servidores do Poder Judiciário, notários e registradores;

b) Ordenar a restauração de autos de processos administrativos, quando desaparecidos no Tribunal de Justiça.

c) Processar e ordenar o pagamento das requisições judiciais resultantes de sentenças proferidas contra a Fazenda Pública, segundo atos normativos do Conselho Nacional de Justiça e do Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

d) Deliberar sobre remoção, disponibilidade e aposentadoria de magistrados, quando por interesse público, em decisão por voto da maioria absoluta dos membros efetivos;

e) decidir sobre remoção e permuta de magistrados e organizar lista tríplice dos juizes, para fins de promoção e acesso por merecimento, bem como decidir sobre a promoção e acesso por antiguidade;

## **DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

- 29.** Fábio Dutra exerce atividades de alimentação de estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares em instituições públicas. De acordo com a norma de regência, Fábio é:
- a) acompanhante, se excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.
  - b) atendente pessoal, se excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.
  - c) profissional de apoio escolar, se excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.
  - d) agente de integração, se excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.
  - e) facilitador de inclusão social, se excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.
- 30.** Conforme estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência, reter cartão magnético de pessoa com deficiência, ainda que sem pretensão de obter vantagem para si ou para outrem, constitui:
- a) crime, punível com detenção de 6 meses a 2 anos e multa.
  - b) crime, punível com reclusão de 6 meses a 2 anos e multa.
  - c) infração administrativa.
  - d) conduta atípica.
  - e) crime, punível com detenção de 6 meses a 2 anos e multa, se praticado pelo tutor ou curador.

## **NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

- 31.** Na elaboração de uma matriz GUT, um dos problemas recebeu uma nota 1 no quesito urgência. Considerando as características dessa matriz, a atribuição dessa nota pode ser interpretada como:
- a) o problema já está resolvido.
  - b) o problema possui urgência mediana para ser resolvido.
  - c) o problema possui alta urgência para ser resolvido.
  - d) o problema não pode mais ser resolvido.
  - e) o problema possui baixa urgência para ser resolvido.
- 32.** O \_\_\_\_\_ é a representação visual da história da estratégia de uma organização. A visualização e a comunicação das principais "diretrizes" da estratégia da instituição são fundamentais para que as pessoas compreendam qual é o "caminho" a seguir e consigam "alinhar" suas ações e atividades para que estes objetivos sejam atingidos.

Assim, ele assume este papel de facilitar esta comunicação da estratégia.

- a) Matriz Gut.
- b) ferramenta 5W2H.
- c) mapa estratégico.
- d) diagnóstico estratégico.
- e) plano de ação.

**33.** Um dos conceitos relacionados com a estrutura organizacional diz respeito ao tamanho da equipe que cada chefe deve controlar e monitorar. Uma estrutura com muitos subordinados por chefe ficará com um aspecto achatado. Já uma estrutura com poucos subordinados ficará com um aspecto de um funil, que chamamos de estrutura aguda. Este conceito é a:

- a) amplitude de controle.
- b) cadeia de comando.
- c) unidade de direção.
- d) departamentalização.
- e) descentralização.

**34.** O secretário de educação da cidade de Parituba do Oeste está buscando implementar programas de redução de custos e de materiais no seu órgão. Seu lema é "fazer mais com menos". O secretário está preocupado com qual dimensão da avaliação da política pública?

- a) economicidade.
- b) efetividade.
- c) eficácia.
- d) eficiência.
- e) excelência.

**35.** A classificação de modelos organizacionais se originou do trabalho de Morgan. A organização pública brasileira atual poderia ser relacionada a qual modelo:

- a) atrasado.
- b) mecanicista.
- c) orgânico.
- d) pós-moderno.
- e) político.

**36.** De acordo com o TCU, existem alguns atributos ou qualidades principais de um indicador, com exceção de:

- a) confiabilidade.
- b) estabilidade.
- c) simplicidade.
- d) complexidade.
- e) rastreabilidade.

**37.** O diretor do setor financeiro saiu de férias e, ao voltar, tinha 860 mensagens em sua caixa de e-mails. Após 2 dias, recebe uma ligação de seu superior reclamando que ele não deu a devida importância a uma das mensagens. Qual barreira de comunicação o diretor encontrou:

- a) excesso de informações.
- b) filtragem.
- c) percepção seletiva.
- d) ansiosidade.
- e) inadequação do canal.

**38.** Zezinho das couves é reconhecido como um dos maiores experts no seu setor. Todos os colegas do seu órgão o procuram quando encontram alguma dúvida ou dificuldade em seu trabalho. Que tipo de poder Zezinho possui?

- a) coercitivo.
- b) legítimo.
- c) referência.
- d) de recompensa.
- e) carismático.

**39.** A teoria \_\_\_\_\_ põe o foco da liderança nos subordinados, e não nos líderes. Para eles, a "chave do sucesso" da liderança está na escolha correta de um estilo de liderança que esteja adequado ao nível de maturidade dos funcionários.

- a) Teoria do Caminho Meta.
- b) Teoria X e Y.
- c) Teoria da Liderança Carismática.
- d) Teoria ERC de Alderfer.
- e) Teoria Situacional.

**40.** Alguns processos são mais abrangentes e complexos e outros são mais simples. Além disso, os processos podem ser descritos em detalhes e outros apenas em um "plano" mais superficial. É isto o que dizemos quando falamos em "nível de detalhamento" de um processo. Quanto mais complexo for um processo, ou seja, quanto maior for este processo (envolvendo mais áreas, atividades e decisões), maior será a nossa necessidade de "decompô-lo" em subprocessos para que possamos analisá-lo e compreendê-lo. O menor nível é conhecido como

- a) macroprocesso.
- b) processo.
- c) atividade.
- d) tarefa.
- e) subprocesso.

## **NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA**

**41.** Acerca do tema Orçamentos, assinale a opção INCORRETA.

- a) Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- b) A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
- c) A lei orçamentária anual compreenderá: o orçamento fiscal, o orçamento de investimento e o orçamento da seguridade social.
- d) A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- e) A lei de diretrizes orçamentárias disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

**42.** São princípios orçamentários comumente utilizados na confecção do orçamento:

- a) elaboração, programação, unidade, competência e avaliação.
- b) universalidade, estudo e aprovação, equilíbrio e exclusividade.
- c) estudo e aprovação, elaboração, unidade, anualidade e avaliação.
- d) clareza, equilíbrio, anualidade, unidade e exclusividade.
- e) elaboração, estudo e aprovação, execução e avaliação.

**43.** A respeito das disposições constitucionais sobre o orçamento público, assinale a opção correta.

- a) Os mecanismos retificadores do orçamento, independentemente da sua modalidade, podem ser inseridos por medida provisória.
- b) As despesas com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderão exceder os limites estabelecidos em lei complementar.
- c) Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos suplementares e especiais.
- d) É possível a edição de medida provisória sobre matéria relativa ao plano plurianual, diretrizes orçamentárias e créditos adicionais e suplementares.
- e) Embora seja vedada a realização de despesas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais, o mesmo não acontece com a assunção de obrigações diretas que venham a exceder os respectivos créditos.

**44.** Assinale a alternativa correta sobre o orçamento público.

- a) Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual são apreciados apenas pelo Senado Federal.
- b) O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual são componentes do orçamento público todos estabelecidos por leis de iniciativa do legislativo.
- c) O exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual cabem à lei complementar.
- d) A Lei Orçamentária anual conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares.
- e) A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Federal, considerando as despesas de capital para o mesmo exercício financeiro da publicação da lei.

**45.** Dadas as proposições abaixo sobre o conceito, a evolução e as técnicas de elaboração do orçamento público:

- I. O orçamento base zero (OBZ) visa especialmente instrumentalizar as ações gerenciais, que se caracterizam por apresentar duas dimensões do orçamento: o objeto de gasto e um programa de trabalho.
- II. O orçamento-programa pode ser definido como um plano de trabalho que contém um conjunto de ações a realizar e a identificação dos recursos necessários à sua execução. O orçamento-programa não é apenas documento financeiro, mas instrumento de operacionalização das ações do governo, em consonância com planos e diretrizes estabelecidos.
- III. No orçamento de desempenho, que é voltado especialmente para as avaliações dos resultados do orçamento em curso, todos os programas devem ser justificados cada vez que se inicia um novo ciclo orçamentário.
- IV. O orçamento público é uma autorização do legislativo que compreende a previsão das receitas e a fixação das despesas.

Verifica-se que estão corretas apenas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) II e IV.
- d) I e IV.
- e) III e IV.

**46.** Numere a 2ª coluna de acordo com a 1ª coluna em relação às categorias econômicas da Receita Orçamentária.

- I. Receita Corrente
- II. Receita de Capital
- ( ) Industrial
- ( ) Tributária
- ( ) Alienação de Bens
- ( ) Operações de Crédito
- ( ) Serviços
- ( ) Patrimonial
- a) I, I, II, II, I, I
- b) II, I, II, II, I, I
- c) II, I, II, I, II, II
- d) I, I, I, II, II, II
- e) I, II, I, I, II, II

**47.** De acordo com o Art. 39 da Lei nº 4.320/1964, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) classifica a dívida ativa quanto à origem ou à natureza em:

- a) Dívida Ativa Pública e Dívida Ativa Privada.
- b) Dívida Ativa Pública e Dívida Ativa Fundada.
- c) Dívida Ativa Fundada e Dívida Ativa Flutuante.
- d) Dívida Ativa Tributária e Dívida Ativa Não Tributária.
- e) Dívida Ativa Orçamentária e Dívida Ativa Extra orçamentária.

**48.** Amortização de Empréstimos e Amortização da Dívida são respectivamente:

- a) Despesa Corrente e Despesa de Capital.
- b) Despesa de Capital e Despesa Corrente.
- c) Despesa de Capital e Receita de Capital
- d) Receita de Capital e Despesa de Capital.
- e) Receita de Capital e Despesa Corrente.

**49.** Após a homologação e adjudicação da licitação, foi solicitado ao Estado a emissão de empenho no valor de R\$ 70.000,00, a ser pago em única parcela, mediante entrega total da mercadoria para 10 dias. A modalidade de empenho a ser emitida será:

- a) parcelado.
- b) global.
- c) ordinário.
- d) verba.
- e) estimativo.

- 50.** São as despesas passíveis de serem executadas com Suprimento de Fundos, EXCETO:
- a) aquelas que visam a atender a despesas de pequeno vulto, assim entendidas aquelas cujo valor, em cada caso, não ultrapasse o limite estabelecido na legislação.
  - b) aquelas que, pela excepcionalidade, a critério do ordenador de despesa e sob sua inteira responsabilidade, não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação
  - c) aquelas em que a despesa deva ser feita em caráter sigiloso, assim classificadas em regulamento.
  - d) aquelas que, pela excepcionalidade, dispensam a emissão de empenho.
  - e) aquelas que buscam atender a despesas eventuais em viagens e com serviços especiais, que exijam pronto pagamento.

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

- 51.** A Constituição Federal estabelece, expressamente, as seguintes vedações impostas aos membros da magistratura:
- a) Os juízes estão sujeitos às mesmas regras relativas à acumulação de cargos impostas aos demais servidores da administração pública.
  - b) A proibição de filiar-se a partidos políticos, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
  - c) A proibição de receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo, ressalvadas as exceções previstas em lei.
  - d) Vedação absoluta à atividade político-partidária pelos juízes.
  - e) A permissão à acumulação de cargos exclusivamente no caso de exercício de uma única função de magistério.
- 52.** Sobre a composição do CNJ, assinale a alternativa correta, conforme o que disciplina o texto constitucional:
- a) Oficiarão junto ao CNJ, como membros do referido órgão, o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da OAB.
  - b) Não há previsão de foro especial, nos crimes comuns, para os membros do CNJ.
  - c) A presidência do CNJ caberá ao presidente do STF, após nomeação pelo Presidente da República.
  - d) Entre os membros do CNJ, haverá um juiz do trabalho indicado pelo Tribunal Regional do Trabalho.
  - e) Entre os membros do CNJ, haverá um juiz do Tribunal Regional Federal indicado pelo Supremo Tribunal Federal.

**53.** Delatério, vizinho e inimigo capital de Beira-Rio, está plenamente convicto de que este vem utilizando o apartamento ao lado para ocultar e armazenar drogas ilícitas. Com o intuito de colher provas para subsidiar uma possível denúncia contra Beira-Rio, decide armar-lhe uma emboscada. Assim, telefona para o vizinho e sugere um encontro na praça de alimentação do shopping do bairro, com a suposta intenção de esclarecer antigas desavenças. Beira-Rio prontamente atende ao convite e comparece ao local combinado. Na ocasião, Delatério, com o celular escondido no bolso, grava a conversa entre os dois, ficando registrada a confissão do adversário que, em um momento de distração, afirma estar em poder de substâncias entorpecentes para revendê-las.

Pode-se dizer que a conversa gravada por Delatério, à luz das disposições constitucionais e jurisprudenciais sobre o tema:

- a) É inconstitucional, uma vez que a captura da gravação é clandestina e não foi feita com base em legítima defesa.
- b) Somente poderia ser utilizada como prova se tivesse sido judicialmente autorizada.
- c) A gravação é lícita e poderá servir como prova do crime cometido por Beira-Rio.
- d) Seria válida somente se determinada por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- e) Trata-se de escuta telefônica, feita sem o conhecimento de um dos interlocutores e que, por essa razão, constitui prova ilícita.

**54.** A empresa Ó Eli Xis, em virtude de processo judicial movido contra ela pela fazenda pública municipal, comparece perante o mesmo órgão, a fim de obter informações acerca do pagamento de tributos constantes de sistema de arrecadação do ente e, assim, instruir o processo que tramita perante o juízo estadual com a prova de quitação dos débitos tributários correspondentes.

Diante da negativa em fornecer tais informações, por parte da autoridade administrativa, a ação cabível:

- a) Será o mandado de segurança, em virtude da existência de direito líquido e certo do impetrante.
- b) Não poderá ser o habeas data, já que as informações solicitadas visam instruir processo judicial em curso contra a própria pessoa detentora das informações requisitadas, razão pela qual o mandado de segurança mostra-se o mais adequado.
- c) Será o mandado de segurança, em virtude de sua natureza residual e que, por se tratar de pessoa jurídica, não há que se falar em informações de caráter pessoal e, sim, de interesse pessoal, sendo o habeas data, no caso, medida inadequada.
- d) Será o habeas data, uma vez que tal remédio constitucional mostra-se o mais adequado, justamente por se tratar de informações de caráter pessoal, constantes de banco de dados de órgão público.
- e) Não poderá ser o habeas data, já que a negativa da administração, inevitavelmente, levará à instauração de processo administrativo, situação em que a ação cabível é o mandado de segurança.

**55.** Girilaine, deputada estadual, pretende propor um projeto de lei sobre seguridade social, com o intuito de ampliar o alcance das medidas empreendidas pelo estado nesse âmbito de atuação. A fim de não cometer nenhum erro no que seria sua primeira proposição legislativa, Girilaine consulta a assessoria da Assembleia Legislativa que, seguindo os mandamentos constitucionais, deveria informá-la de que:

- a) Os estados federados não detêm competência legislativa na matéria em questão.
- b) A competência legislativa na matéria somente poderia ser exercida com o intuito de suplementar a legislação federal.
- c) A competência legislativa plena na matéria somente poderia ser exercida na ausência de norma federal disciplinando o tema.
- d) Os estados federados, assim como os municípios, o Distrito Federal e a União, podem disciplinar a matéria, já que, no que diz respeito à repartição de competências, prevalece o princípio da predominância do interesse.
- e) Os estados detêm competência privativa para legislar sobre o assunto.

**56.** Sobre o papel das Comissões Parlamentares de Inquérito, descrito na Constituição Federal, assinale a assertiva que contém a afirmação correta:

- a) O trabalho das CPIs é a expressão de uma das funções atípicas do Poder Legislativo, qual seja, a fiscalizatória.
- b) A responsabilização dos infratores pela CPI só poderá ser promovida pelo requerimento de um terço de seus membros.
- c) Nos atos em que são investidas de poderes jurisdicionais, as CPIs não estão sujeitas a controle judicial.
- d) As CPIs não se confundem com as Comissões Mistas, já que estas, ao contrário das primeiras, podem ser criadas em conjunto pelas duas casas, no âmbito do Poder Legislativo Federal.
- e) As CPIs não necessitam de autorização judicial para promoverem a quebra do sigilo fiscal de investigados, tampouco a quebra do sigilo telefônico.

**57.** Quanto aos Direitos Sociais dos Trabalhadores, elencados na Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta:

- a) O seguro-desemprego jamais será devido em caso de desemprego voluntário.
- b) É proibido o trabalho noturno e insalubre ao menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.
- c) Os servidores públicos não têm direito ao FGTS.
- d) A relação de direitos sociais dos trabalhadores, presente no art. 7º da Constituição, não é exaustiva.
- e) O salário poderá ser reduzido por meio de negociação coletiva.

**58.** Olênia, servidora pública ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade do Tribunal de Justiça do Estado X, deseja complementar sua renda familiar, por meio do exercício de um segundo cargo, emprego ou função pública. Conforme o que dispõe a CF/88, havendo compatibilidade de horários poderá acumular com o cargo atual, mantendo ambas as remunerações:

- a) Outro cargo público, de natureza técnica ou científica.
- b) Outro cargo de professor.
- c) A função de empregada de sociedade de economia mista.
- d) O mandato de prefeita de sua cidade.
- e) Um cargo de profissional de saúde.

**59.** Assinale a alternativa que contém a afirmação correta acerca do que estabelece a CF/88 sobre o Poder Executivo:

- a) Na linha sucessória das hipóteses de vacância do cargo de Presidente da República, o Presidente do STF é único poderá substituí-lo em caráter definitivo.
- b) Caso ocorra a vacância do cargo de Presidente da República e o Vice-Presidente assumir, este poderá completar o mandato até o fim, não havendo a necessidade de realização de novas eleições, nessa situação.
- c) Em caso de dupla vacância nos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, nos dois primeiros anos do mandato, o Presidente da Câmara convocará eleições indiretas 90 dias após aberta a última vaga.
- d) Se, antes de realizado o segundo turno das eleições presidenciais, o candidato a titular do cargo vier a falecer, será convocado o vice para concorrer no pleito.
- e) O Presidente não poderá se ausentar do País por mais de 15 dias.

**60.** Raquel Ford, Procuradora-Geral de Justiça do Estado Y, ao tomar conhecimento do cometimento de determinada infração penal, ordenou a Deltan Delatol, Promotor de Justiça Estadual, que ajuizasse a correspondente ação penal no prazo legal. Diante da recusa de Deltan Delatol, Raquel Ford decide denunciá-lo perante o Conselho Nacional do Ministério Público, por insubordinação. À luz das disposições constitucionais atinentes ao Ministério Público, pode-se dizer que:

- a) Assiste razão a Raquel, uma vez que o Ministério Público Estadual deve ser visto como instituição única e chefiada pela atual Procuradora-Geral de Justiça, não havendo espaço para posicionamentos pessoais que ferem o princípio institucional da unidade.
- b) Assiste razão a Delatol, uma vez que, em nome do princípio do promotor natural, não há qualquer hierarquia no âmbito da atuação administrativa e funcional do órgão.
- c) Assiste razão a Raquel, uma vez que, em nome do princípio da indivisibilidade, a atuação dos Promotores de Justiça restringe-se à expressão da vontade da instituição, materializada no exercício das funções de seus membros.
- d) Assiste razão a Delatol, uma vez que os Membros do Ministério Público possuem plena autonomia funcional, não estando subordinados, no exercício de sua atividade-fim, a nenhuma espécie de poder hierárquico.
- e) Delatol poderá vir a perder o cargo, com base na alegação de grave insubordinação presente no caso em tela, por decisão da maioria absoluta do órgão colegiado competente.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

### **61. Licitações.**

De acordo com a Lei nº 8.666/1993, não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço de fornecimento de bens a eles necessários a(o)

- I. servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- II. autor do projeto básico relativo à obra licitada, como consultor, na função de supervisão, a serviço da Administração.
- III. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.
- IV. autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica.

Assim, está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) I e III.
- d) II, III e IV.
- e) III e IV.

### **62. Atos administrativos.**

Determinada prefeitura municipal alugou imóvel para a instalação de unidade básica de saúde.

Quanto à classificação do objeto, o ato praticado é denominado:

- a) de gestão, pois a Administração Pública o pratica em situação de igualdade com os particulares, sem valer de sua supremacia sobre o locador.
- b) de império, pois a Administração Pública utiliza-se de sua supremacia sobre o locador.
- c) de expediente, dada a ausência de conteúdo decisório.
- d) de administração, pois a Administração Pública está atuando na administração e gerência de seus bens.
- e) de vinculação, pois a Administração Pública está vinculada à instalação da unidade de saúde no local.

**63. Licitações.**

A repartição pública em que atua Norberto, servidor responsável pela análise de processos de licitação, necessita adquirir determinado equipamento que possui como único representante no país a empresa XLS Ltda., com sede no município de São Paulo.

Neste caso, nos termos da Lei nº 8.666/1993, a licitação:

- será dispensável, desde que a aquisição seja de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico.
- será cabível, na modalidade leilão, pois se trata da modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a aquisição de bens móveis para a administração.
- será inviável, visto que para abertura de procedimento licitatório deverá haver pelo menos dois fornecedores, sendo que a Administração Pública terá de buscar outro bem para atender a finalidade desejada.
- será inexigível, uma vez que a aquisição do bem se dará através de representante comercial exclusivo, devendo a comprovação da exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.
- será cabível, na modalidade tomada de preços, desde que os interessados se cadastrem até o terceiro dia anterior ao recebimento das propostas e o valor do bem não seja superior a R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).

**64. Poderes.**

Romualdo, fiscal de vigilância sanitária, durante fiscalização de rotina em um restaurante, encontrou diversas irregularidades, dentre as quais ratos e baratas na cozinha e no estoque de mantimentos. Para tanto, determinou a imediata interdição do local e lavrou auto de infração aplicando também penalidade de multa. Trata-se, portanto, do exercício regular do poder:

- disciplinar.
- hierárquico.
- regulamentar.
- vinculado.
- de polícia.

**65. Contratos.**

Os contratos regidos pela Lei 8.666/1993 poderão ser alterados unilateralmente pela Administração:

- quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
- quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei.
- quando conveniente a substituição da garantia de execução.
- quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- I, III e IV.
- I, II e IV.
- I e II.
- II, III e IV.
- II e III.

**66. Serviços Públicos.**

A Lei 8.987/1995 dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos. São princípios do serviço adequado, de acordo com essa lei, exceto:

- regularidade.
- continuidade.
- eficiência.
- modicidade das tarifas.
- alteridade.

**67. Responsabilidade Civil do Estado.**

De acordo com o §6º do art. 37 da Constituição Federal, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Assinale a alternativa que apresenta uma excludente da responsabilidade objetiva do Estado:

- culpa exclusiva do agente público.
- culpa exclusiva da vítima.
- culpa concorrente entre a vítima e o agente público.
- responsabilidade exclusiva do agente público.
- infortúnio.

**68. Contratos.**

Com o advento da Lei 8.666/1993 foram instituídas normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Constitui motivo para rescisão unilateral do contrato:

- a) o cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) o cumprimento regular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c) a rapidez do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a possibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- d) o atraso justificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- e) a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.

**69. Organizações.**

Pedrinho, em visita à Brasília/DF, foi até o setor da administração indireta sul, região da cidade em que se situavam diversos edifícios que abrigam o funcionamento da administração pública.

Entre os diversos entes públicos vistos por Pedrinho, marque aquele que foi corretamente instalado no setor da administração indireta sul:

- a) câmara legislativa.
- b) tribunal de justiça.
- c) secretária da educação do Distrito Federal.
- d) Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
- e) secretaria do tesouro nacional.

**70. Agentes públicos.**

Sérgio é funcionário dos Correios, tendo ingressado nos quadros da entidade por meio de concurso público, para a função de carteiro.

Quanto à classificação de agentes públicos, Sérgio é considerado:

- a) agente administrativo.
- b) não é considerado agente público, em razão da natureza jurídica dos Correios.
- c) agente honorífico.
- d) agente delegado.
- e) agente credenciado.

**QUESTÃO DISCURSIVA**

[...] A narrativa que nos faz de imbecil é dizer que a política está sendo comprada por indivíduos. Isso não é verdade: a política é comprada pelos interesses privados organizados no mercado, que é muito diferente disso. Precisamos pensar a corrupção como dado da política; e a corrupção real é a corrupção do mercado, que compra a política para isso. Deixar isso claro, para mim, é o ponto principal.

Fonte: Entrevista do sociólogo Jessé Souza ao CNQ

**Qual é o principal problema do Brasil: corrupção é o principal problema do Brasil?**

Apresente sua posição, defendendo-a com argumentos convincentes, em um texto, com número mínimo de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.

---

**Obs.:** disponibilizamos um serviço de correção especificamente para este simulado, em conformidade com os critérios utilizados pela banca Cebraspe (Cespe).

Link para correção da sua discursiva:

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/cursosPorConcurso/discursivas-para-concursos/>

# FOLHA DE RESPOSTA

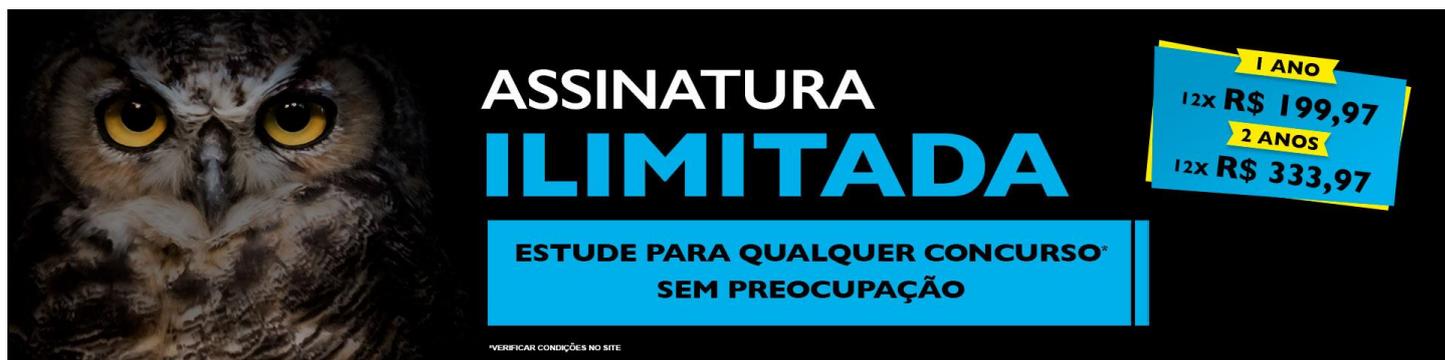
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

# Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TJ-CE-FGV-08-09>

***Não é assinante?***

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!*



**ASSINATURA  
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO\*  
SEM PREOCUPAÇÃO**

**1 ANO**  
12X R\$ 199,97

**2 ANOS**  
12X R\$ 333,97

\*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE